

**ASSEPRO
RESULTADO DA AGENDA LEGISLATIVA
LEGISLATIVO FEDERAL**

DE 14 A 18 DE AGOSTO DE 2017

Atualizada em 18/08/2017 19:07

CONGRESSO NACIONAL**Quarta-feira (16/08)****COMISSÃO MISTA DA MPV 780/17 (Programa de Regularização de Débitos Não Tributários junto às Autarquias e Fundações Públicas Federais e à Procuradoria-Geral Federal)**

Pauta: Apreciação do parecer do relator, senador Wilder Moraes, pela aprovação da Medida Provisória nº 780, de 2017, na forma do Projeto de Lei de Conversão transcrito ao final, com o acolhimento das Emendas nºs 3 e 10, com o acolhimento parcial das Emendas nºs 22, 23, 31, 32, 33, 39 e 55, com a rejeição de todas as demais Emendas e com a inclusão das propostas de Relator indicadas no Capítulo 3.

Resultado: Reunião adiada.

COMISSÃO MISTA DA MPV 777/17 (Taxa de longo prazo - TLP, Taxa do Fundo de Participação PIS-PASEP, do Fundo de Amparo ao Trabalhador e do Fundo da Marinha Mercante)

Pauta: Apreciação do parecer do relator, deputado Betinho Gomes, pelo atendimento aos pressupostos constitucionais de relevância e urgência da Medida Provisória nº 777/2017; pela inconstitucionalidade das Emendas nºs 11, 12, 13, 14 e 16 e pela constitucionalidade, juridicidade e adequação à técnica legislativa da Medida Provisória nº 777/2017 e das demais emendas a ela apresentadas; pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária das emendas nºs 1, 6, 10, 11, 12, 13, 14, 17 e 36, e pela adequação e compatibilidade financeira e orçamentária da Medida Provisória nº 777/2017 e das demais emendas; e IV - no mérito, pela rejeição de todas as emendas apresentadas à Medida Provisória nº 777/2017; e pela aprovação da Medida Provisória nº 777/2017, na forma do projeto de lei de conversão apresentado em anexo.

Resultado: Reunião adiada.

CÂMARA DOS DEPUTADOS**PLENÁRIO**

MPV 783/17, do Poder Executivo, que institui o Programa Especial de Regularização Tributária junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional".

Relator: deputado Newton Cardoso Jr.

Parecer da Comissão Mista: pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência; pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa; pela adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação desta e das Emendas de nºs 6, 11 a 13, 16, 24, 28, 32, 41, 54, 67, 69, 76, 84, 86, 102, 106, 113, 115, 117, 133, 136, 139, 151, 153, 172, 175, 185, 187, 196, 205, 207, 211, 222, 242, 244, 256, 264, 265, 277, 280 e 305; pelo acolhimento parcial das Emendas de nºs 116, 129, 135, 137, 167, 195, 281 e 306, na forma Projeto de Lei de Conversão nº 23, de 2017, adotado; e pela rejeição das Emendas de nºs 1 a 5, 7 a 10, 14, 15, 17 a 23, 25 a 27, 29 a 31, 33 a 40, 42 a 53, 55 a 66, 68, 70 a 75, 77 a 83, 85, 87 a 90, 92 a 101, 103 a 105, 107 a 112, 114, 118 a 128, 130 a 132, 134, 138, 140 a 150, 152, 154 a 166, 168 a 171, 173, 174, 176 a 184, 186, 188 a 194, 197 a 204, 206, 208 a 210, 212 a 221, 223 a 241, 243, 245 a 255, 257 a 263, 266 a 276, 278, 279, 282 a 304, e 307 a 309. A emenda de nº 91 foi retirada pelo autor.

Resultado: Não deliberado.

PL 333/99, do deputado Antônio Kandir, que “Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial” .
CDC: parecer do deputado Paulo Lima, pela aprovação.

CDEICS: parecer do deputado Léo Alcântara, pela aprovação.

CCJC: parecer do deputado Paulo Magalhães, pela aprovação do substitutivo do Senado Federal.

Resultado: Não deliberado.

REQ 3986/16, dos Líderes Partidários, que requer urgência para apreciação do **PL 1202/07**, do deputado Carlos Zarattini, que disciplina a atividade de "lobby" e a atuação dos grupos de pressão ou de interesse e assemelhados no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, e dá outras providências.

Resultado: Não deliberado.

REQ 4990/16, dos Líderes, que “Requer, nos termos do art. 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, urgência para apreciação do **PL 5130/16**, do deputado João Arruda, que acresce o inciso XIV ao Art. 7º, revoga os incisos III e IV do Art. 12 e dá nova redação ao § 6º do Art. 13 e ao § 4º do Art. 15 da Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014” (propõe a exclusão da proibição ou da suspensão de atividades de provedores como forma de sanção).

Resultado: Não deliberado.

REQ 6344/17, dos Líderes, que “Requer, nos termos do art. 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, urgência para apreciação do **PL 6989/17**, do deputado Odorico Monteiro, que altera o Marco Civil da Internet, Lei nº12.965, de 23 de abril de 2014, para incluir procedimento de retirada de conteúdos que induzam, instiguem ou auxiliem a suicídio de aplicações de internet”.

Resultado: Não deliberado.

REQ 6045/17, dos Líderes, que requer urgência para apreciação do **PL 4614/16**, da Sra. Luizianne Lins, que altera a Lei nº 10.446, de 8 de maio de 2002, para acrescentar atribuição à Polícia Federal no que concerne à investigação de crimes praticados por meio da rede mundial de computadores que difundam conteúdo misógino, ou seja, aqueles que propagam o ódio ou a aversão às mulheres”.

Resultado: Não deliberado.

REQ 6356/17, dos Líderes, que “Requer urgência para apreciação do **PL 6917/17**, do deputado Aureo, que dispõe sobre a criação do Cartão Digital de Vacinação – CDV”.

Resultado: Não deliberado.

Terça-feira (15/08)

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO – CFT

Pauta: Apresentação de Propostas relativas à Reforma Tributária, pelo deputado Luiz Carlos Hauly, relator da Comissão Especial para análise, estudo e formulação de proposições relacionadas à Reforma Tributária – CETRIBUT.

Resultado: Realizada.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA – CCJC

PL 2813/00 (PLS 680/99), da CPI do Sistema Financeiro 1986, que "Estabelece a obrigatoriedade de publicação das demonstrações financeiras das sociedades por quotas de responsabilidade limitada, alterando o art. 18 do Decreto nº 3.708, de 10 de janeiro de 1919, que regula a constituição de sociedades por quotas de responsabilidade limitada".

Relator: deputado Arthur Lira.

Parecer: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com Substitutivo.

Resultado: Não deliberado.

PL 3163/15, do deputado Danilo Forte, que "Define como crime a corrupção praticada no âmbito do setor privado, e dá outras providências" (torna crime a prática de corrupção no âmbito do setor privado quando cometida no curso de atividades econômicas, financeiras ou comerciais).

Apensados: PL 3438/15 e PL 6122/16.

Relator: deputado Tadeu Alencar.

Parecer: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação deste, do PL 3438/15 e do PL 6122/16, apensados, com substitutivo.

Resultado: Retirado de pauta.

PL 3329/15, do senador Rodrigo Rollemberg, que "Institui a Política Nacional de Tecnologia Social".

Relator: deputado Thiago Peixoto.

Parecer: pela constitucionalidade, com emenda, juridicidade e técnica legislativa deste e pela inconstitucionalidade da Emenda da CCTCI.

Resultado: Aprovado o parecer. A matéria segue para revisão do Senado Federal.

COMISSÃO ESPECIAL SOBRE TRIBUTAÇÃO MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (PLP 341/17)

Audiência Pública – Tema: "Instrução da matéria".

Resultado: Realizada.

Quarta-feira (16/08)

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO – CFT

REQ 338/17, do deputado Jerônimo Goergen, que "Requer a realização de Audiência Pública, na Comissão de Finanças e Tributação para debater o PLP 218/16, que regulamenta as obrigações, o lançamento e o crédito do imposto incidente sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação".

Convidados:

- Secretário de Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul;
- Secretário de Fazenda do Distrito Federal;
- Presidente do Conselho Nacional de Política Fazendária – CONFAZ; e
- Presidente da Federação Nacional do Comércio – FECOMÉRCIO.

Resultado: Retirado de pauta.

PLP 420/14, do deputado Pedro Eugênio, que "Altera a Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, de forma garantir o crédito correspondente da substituição tributária que grave o Microempreendedor Individual - MEI ou o contribuinte optante do Simples Nacional" (substituição Tributária do ICMS).

Apensado: PLP 449/14.

Relator: deputado Aluisio Mendes.

Parecer: pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei Complementar 420/2014 e do PLP 449/2014, apensando; e, no mérito, pela aprovação do PLP 420/2014, e do PLP 449/2014, apensado, com substitutivo.

Resultado: Não deliberado.

PLP 212/12, do deputado Anthony Garotinho, que "Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 128, de 19 de dezembro de 2008, acrescentando parágrafo único ao art. 12" (as microempresas e empresas de pequeno porte optantes do Simples Nacional não poderão ser incluídas no regime de substituição tributária em seus respectivos Estados).

Apensado: PLP 225/12

Relator: deputado Julio Lopes.

Parecer: pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do PLP 212/12, do PLP 225/12

apensado e do Substitutivo aprovado na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio; e, no mérito, pela rejeição do PLP 212/12, do PLP 225/12 apensado e do Substitutivo da CDEICS.

Resultado: Não deliberado.

PLP 212/15, do deputado Marcelo Belinati, que "Altera a Lei complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 (Lei do Simples Nacional), para permitir descontos nas alíquotas de impostos devidos para as empresas recém-criadas, visando incentivar o empreendedorismo e a formalização de empresas já existentes".

Relator: deputado Edmar Arruda.

Parecer: pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do Projeto e do Substitutivo da CDEICS.

Resultado: Não deliberado.

PLP 329/16, do deputado Laercio Oliveira, que "Altera o caput do artigo 55 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que instituiu o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte". Explicação: Inclui o aspecto tributário na fiscalização orientadora de Microempresas e empresas de pequeno porte.

Relator: deputado Covatti Filho.

Parecer: pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação.

Resultado: Não deliberado.

PL 2298/15, do deputado Laercio Oliveira, que "Altera o artigo 10-A da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, para aumentar o prazo de parcelamento de débitos com a Fazenda Nacional das microempresas e empresas de pequeno porte".

Relator: deputado Helder Salomão.

Parecer: pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação.

Resultado: Não deliberado.

PL 6097/05, do deputado Antonio Carlos Mendes Thame, que "Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que "estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências", para instituir desonerações fiscais" (cria incentivos fiscais para a produção de equipamentos e aparelhos destinados às pessoas portadoras de deficiência).

Apensados: PL 6180/05 e PL 2399/07

Relator: deputado Enio Verri.

Parecer: pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do PL 6097/2005, da Emenda da Comissão de Seguridade Social e Família, da Emenda da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços, do PL 6180/2005, e do PL 2399/2007, apensados.

Resultado: Não deliberado.

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA – CCTCI

PL 6960/17, do deputado Cleber Verde, que "Alterar a Lei nº 12.965 de 23 de Abril de 2014, que estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da internet no Brasil, alterando o art 5º, inciso II e o art. 7º, inciso III, que passam a ter a seguinte redação".

Apensado: PL 7498/17.

Relator: deputado Beto Mansur.

Parecer: pela aprovação deste, e do PL 7498/2017, apensado, com substitutivo.

Resultado: Não deliberado.

PL 6989/17, do deputado Odorico Monteiro, que "Altera o Marco Civil da Internet, Lei no 12.965, de 23 de abril de 2014, para incluir procedimento de retirada de conteúdos que induzam, instiguem ou auxiliem a suicídio de aplicações de internet".

Apensados: PL 7170/17, PL 7047/17 (Apensados: PL 7430/17 (Apensados: PL 7506/17 e PL 7538/17) e PL 7441/17), PL 7458/17, PL 7460/17 e PL 7917/17)

Relator: deputado Junior Marreca.

Parecer: pela aprovação deste, do PL 7047/17, do PL 7170/17, do PL 7458/17, do PL 7460/17, do PL 7917/17, do PL 7430/17, do PL 7441/17, do PL 7506/17, e do PL 7538/17, apensados, com substitutivo.

Resultado: Não deliberado.

PL 945/11, do deputado Rodrigo Garcia, que "Acrescenta dispositivos à Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que "regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal", para dispor sobre a informatização do processo administrativo".

Relator: deputado Erivelton Santana.

Parecer: pela aprovação, com emenda.

Resultado: Não deliberado.

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO – CTASP

PL 1246/15, do deputado Mauro Lopes, que "Altera o artigo 2º da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto Lei nº 5.452, de 10 de Maio de 1943, para dispor sobre a responsabilidade solidária de integrante de grupo econômico".

Relator: deputado Benjamin Maranhão.

Parecer: pela aprovação.

Concedida vista ao deputado Bohn Gass, em 17/05/17.

Resultado: Retirado de pauta a requerimento do deputado Jorge Corte Real.

COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES – CVT

PL 8074/14 (SUG 134/14), da Comissão de Legislação Participativa, que "Institui o "Sistema de Carona Legal" em âmbito nacional e dá outras providências".

Apensado: PL 7459/17.

Relatora: deputada Raquel Muniz.

Parecer: pela aprovação deste, do PL 7.459/2017, apensado e da Emenda Adotada pela Comissão de Cultura, com substitutivo.

O deputado Mauro Lopes apresentou voto em separado, pela rejeição, em 12/09/16.

Resultado: Retirado de pauta a requerimento do deputado Jose Stedille.

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO – CSPCCO

PL 5074/16 (PLS 730/15), do senador Otto Alencar, que "Dispõe sobre a investigação criminal e a obtenção de meios de prova nos crimes praticados por intermédio de conexão ou uso de internet".

Relator: deputado Major Olímpio.

Parecer: pela aprovação, com emenda.

Resultado: Concedida vista ao deputado Delegado Waldir.

PL 4614/16, da deputada Luizianne Lins, que "Altera a Lei nº 10.446, de 8 de maio de 2002, para acrescentar atribuição à Polícia Federal no que concerne à investigação de crimes praticados por meio da rede mundial de computadores que difundam conteúdo misógino, ou seja, aqueles que propagam o ódio ou a aversão às mulheres".

Relatora: deputada Keiko Ota.

Parecer: pela aprovação.

Resultado: Não deliberado.

SENADO FEDERAL

Quarta-feira (16/08)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA – CCJ

PLS 89/16, do senador Roberto Requião, que “Insera parágrafos no art. 5º da Lei nº 13.188, de 11 de novembro de 2015, que dispõe sobre o direito de resposta ou retificação do ofendido em matéria divulgada, publicada ou transmitida por veículo de comunicação social” (regula também o direito de resposta pela internet)”.
Relator: senador Antonio Carlos Valadares.

Parecer: pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta, e pela rejeição da Emenda nº 1.

Resultado: Adiado.

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA– CI

REQ 38/17, do senador Lasier Martins e outros, que “requer a realização de Audiência Pública conjunta entre as Comissões de Serviços de Infraestrutura, de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática; de Assuntos Econômicos; de Assuntos Sociais e de Constituição, Justiça e Cidadania para instruir a votação dos Projetos de Lei do Senado nºs 726 e 530, de 2015 e o Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2017, apensados, que regulamentam o transporte individual privado de passageiros”. **Item extrapauta.**

Resultado: Aprovado.

Quinta-feira (17/08)

CDH – SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO ESTATUTO DO TRABALHO – CDHET / Pauta publicada após o envio da Agenda.

Reunião de Trabalho: “Organizar agenda das reuniões a serem realizadas pela subcomissão e distribuição das tarefas”.

Participantes:

- Leandro Brito Lemos, Assessor Parlamentar
- Luciana Jesus, Assessora da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – ANAMATRA;
- Paula Freitas de Almeida, Representante do Centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho - CESIT/UNICAMP.
- Ana Claudia R Bandeira, Representante da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho – ANPT;
- Jharlen José Nascimento, Representante do Ministério Público do Trabalho – MPT;
- Marcia Marques, Representante do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho SINAIT; e
- Hugo C Melo Filho, Representante da Associação Latino-Americana de Juizes do Trabalho - ALJT.

Resultado: Realizada.

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA – CDH / Pauta publicada após o envio da Agenda.

Audiência Pública – Tema: “As Reformas Previdenciária e Trabalhista, com foco nas perdas históricas dos direitos dos aposentados”.

Em atendimento ao requerimento do senador Paulo Paim.

Participantes:

- Leandro Madureira Silva, Assessor Jurídico do ANDES-SN;
- Diego Cherulli, Representante do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário e Vice-Presidente da Comissão de Seguridade Social da OAB-DF;
- Sirliane de Souza Paiva, 2ª Vice-Presidente da Regional Nordeste I do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES-SN;
- Edison Guilherme Haubert, Presidente do Movimento Nacional dos Servidores Públicos Aposentados e Pensionistas - Instituto MOSAP;
- Luiz Legnani, Secretário-Geral da Confederação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos – COBAP;

- Floriano Martins de Sá Neto, Presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil – ANFIP;
- Cátia Cilene Farago, Coordenadora-Geral do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica – SINASEFE;
- Noemia Aparecida Gracia Porto, Vice-Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – ANAMATRA;
- Paula Freitas de Almeida, Representante do Centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho - CESIT/UNICAMP; e
- Ana Maria Baima Cartaxo, Professora da Universidade Federal de Santa Catarina e Representante do ANDES.

Resultado: Realizada.

Sexta-feira (18/08)

CDH – SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO ESTATUTO DO TRABALHO – CDHET / Pauta publicada após o envio da Agenda.

Audiência Pública – Tema: "Debater o "Estatuto do Trabalho".

Em atendimento ao requerimento do senador Paulo Paim.

Participantes:

- Alexandre Caso, Representante da Intersindical Central da Classe Trabalhadora;
- Itamar Revoredo Kunert, Secretário de Organização e Mobilização da Central dos Sindicatos Brasileiros – CSB;
- Márcio Amazonas, Procurador do Trabalho - Chefe da Assessoria Jurídica da Procuradoria Geral do Trabalho;
- Carlos Fernando da Silva Filho, Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho – SINAIT;
- Hugo C. Melo Filho, Presidente da Associação Latino-Americana de Juízes do Trabalho – ALJT;
- Ana Cláudia Bandeira, Vice-Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho - ANPT;
- Flauzino Antunes Neto, Representante da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil – CGTB;
- Enilson da Silva, Representante da Confederação dos Trabalhadores do Ramo Financeiro – CONTRAF;
- Carlos Alberto Altino, Presidente da Força Sindical-DF;
- Ludmila Costhek Abilio, Professora, Doutora, representante do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho – CESIT; e
- Leandro Lemos, Secretário do Grupo de Trabalho do Estatuto do Trabalho e Assessor do Gabinete do Senador Paulo Paim.

Resultado: Realizada.